

03/02/2011

## Cezar Peluso propõe assinatura do 3º pacto republicano



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, propôs aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a assinatura do 3º pacto republicano. O ministro já havia feito proposta semelhante à presidente Dilma Rousseff na abertura do ano judiciário.

Segundo Peluso, o 3º pacto republicano teria como objetivos continuar o processo de aprimoramento da ordem jurídica e consolidar a modernização da máquina judiciária. Ele antecipou que alguns temas já começam a ser tratados, como a modificação da natureza dos recursos extraordinários, visando reduzir a duração das causas judiciais e restaurar a credibilidade da Justiça.

A primeira edição do pacto, lembrou o presidente do STF, ocorreu depois da promulgação da Emenda Constitucional 45 e teve como objetivo "a construção de um Judiciário mais rápido e mais sensível às demandas da cidadania". Já no 2º pacto, o Congresso aprovou, em 2010, a Lei 12.322, que alterou a disciplina de recurso de agravo no Código de Processo Civil.

Peluso propôs ainda a criação no Brasil de uma universidade multidisciplinar que tenha como finalidade a segurança pública e o desenvolvimento social. A futura instituição, que poderia ser fundada com apoio de organismos internacionais, disse ele, buscaria gerar reflexão acadêmica sobre o combate à criminalidade e à pobreza.

— O desenvolvimento virtuoso depende de instituições jurídicas estáveis, rápidas e eficazes. Não devemos temer o desafio de, no interesse da cidadania, aprofundar e solidificar o processo de modernização do Judiciário e de aperfeiçoamento da ordem jurídica. Tenho a certeza de que o diálogo permanente e a cooperação resoluta, institucionalizadas, entre os Poderes, no 3º pacto republicano, constituirão instrumento decisivo para o esforço comum de construção do futuro — defendeu.